

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DANIELA APARECIDA ROCCON PAES

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:
INSTRUMENTO DA EDUCAÇÃO
NEOLIBERALISTA NA PERSPECTIVA FREIRIANA**



Rio Claro - SP
2025

DANIELA APARECIDA ROCCON PAES

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: INSTRUMENTO DA
EDUCAÇÃO NEOLIBERALISTA NA PERSPECTIVA FREIRIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus Rio Claro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Caires Correia

Rio Claro - SP
2025

P126b	<p>Paes, Daniela Aparecida Roccon Base Nacional Comum Curricular: instrumento da educação neoliberalista na perspectiva freiriana / Daniela Aparecida Roccon Paes. -- Rio Claro, 2025 29 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro Orientador: Fábio Caires Correia</p> <p>1. BNCC. 2. Currículo. 3. Neoliberalismo. 4. Paulo Freire. 5. Autonomia. I. Título.</p>
-------	--

DANIELA APARECIDA ROCCON PAES

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: INSTRUMENTO DA EDUCAÇÃO
NEOLIBERALISTA NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências – Câmpus Rio Claro da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.


BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Caires Correia


Profa. Dra. Maria Eliza Nogueira Oliveira

Prof. Dr. Daniel Romão da Silva

Aprovado em: 10 de novembro de 2025

 Documento assinado digitalmente
DANIELA APARECIDA ROCCON PAES
Data: 12/11/2025 09:24:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do discente

 Documento assinado digitalmente
FABIO CAIRES CORREIA
Data: 12/11/2025 15:12:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador

Dedico este trabalho acadêmico para 'mi abuelita' Adelaide Fernandes Roccon, que sempre prezou pela Educação que nunca teve e que sempre me pediu que seguisse com meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe Maria Cristina por me dar suporte e não deixar que eu desistisse de terminar o curso. Muitas vezes eu pensei em desistir e muitas vezes cheguei em casa chorando da faculdade, mas ela sempre falava para eu não desistir do meu sonho. Obrigada mãe! Meu orgulho, meu rumo e meu arrimo, amo-te ao infinito e além.

A UNESP não só me deu lágrimas, também me deu alegrias e um grande encontro, falo que foi um presente que ela me deu, uma grande amizade que surgiu. Sabrina Demarchi, minha amiga querida, que me deu suporte em muitos momentos, quando eu fiquei internada sempre se preocupando comigo e me ajudando com os trabalhos, ainda vamos ser diretora e vice-diretora da escola Elpídio Mina. Muito obrigada pela sua amizade e companheirismo, sem você não sei se suportaria até o fim. Amo você minha amiga.

Agradeço ao Prof. Dr. Fabio Caires Correia que aceitou ser meu orientador, quando achei que eu não ia conseguir um orientador ele foi minha mão no desespero. Agradeço também ao Prof. Dr. Daniel Romão da Silva que na minha angústia de ficar travada na escrita na construção do Projeto do TCC, me deu a mão e me ajudou a tomar rumo na escrita. Obrigada professores Fábio e Daniel, sem vocês esse trabalho não teria saído.

Agradeço a todos os professores que compartilharam um pouco dos seus vastos conhecimentos nesses quatro anos de curso, não irei nomear para não correr o risco de deixar um de fora. Minha eterna gratidão por tudo e meu reconhecimento de que sem o professor a humanidade não seria nada.

Agradeço aos meus colegas da “Sala Precisa” que suportaram nesses quatro anos eu me lamuriar sobre a faculdade, obrigada por serem meus ombros e ouvidos, vocês moram no meu coração.

Peço licença à academia para agradecer ao Cara lá de cima, por me guiar e cuidar de mim no meu caminho. E agradecer aos meus dois Anjos da Guarda que me protegem lá de cima, minha ‘*abuelita*’ Adelaide e meu tio José Roberto, espero que a vó e o tio sintam orgulho de mim, amo vocês além da vida.

*“Quando a Educação não é libertadora, o
sonho do Oprimido é ser Opressor.”
(Freire, 2023a)*

RESUMO

A presente pesquisa objetiva na análise crítica do documento normativo “Base Nacional Comum Curricular” com base em conceitos idealizados por Paulo Freire. Com a pecha de ser um instrumento que oriente a elaboração dos currículos escolares da educação básica brasileira visando à garantia que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa. A análise desse documento visa entender para quem serviria este instrumento, que nasceu em meio ao curso de um Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar e em um ato obscuro foi promulgado fora da luz do diálogo público já com o Golpe consumado. Para tanto, será estruturada uma pesquisa qualitativa de caráter documental e bibliográfico, considerando documentos e dados bibliográficos como instrumentos de análise, no intuito de compreender como esse instrumento cerceia o sujeito em sua busca de autonomia através de uma educação democrática. A partir disso, esta pesquisa pretende apresentar uma discussão sobre a relevância de se ler documentos como a Base Nacional Comum Curricular de forma crítica, pois ele se apropria de uma linguagem democrática de uma proposta neoliberal de uma educação formadora para o mercado. Uma leitura crítica que vise o desenvolvimento de uma resistência proporcional às ameaças que a educação democrática enfrenta nos dias atuais.

Palavras-chave: BNCC; Currículo; Neoliberalismo; Paulo Freire; Autonomia.

RESUMEN

Esta investigación busca analizar críticamente el documento normativo "Base Curricular Nacional Común", basado en los conceptos de Paulo Freire. Se considera un instrumento que guía el desarrollo de los currículos de la educación básica brasileña, con el objetivo de garantizar que todos los estudiantes tengan acceso a una educación de calidad y equitativa. El análisis de este documento busca comprender el propósito de este instrumento, surgido en medio de un golpe de Estado legal, mediático y parlamentario, y promulgado en la sombra, tras su consumación. Para ello, se estructurará un estudio documental y bibliográfico cualitativo, considerando documentos y datos bibliográficos como herramientas analíticas, con el objetivo de comprender cómo este instrumento restringe a los individuos en su búsqueda de autonomía a través de una educación democrática. Con base en esto, esta investigación busca presentar una discusión sobre la relevancia de una lectura crítica de documentos como la Base Curricular Nacional Común, ya que se apropia del lenguaje democrático para una propuesta neoliberal de educación orientada al mercado. Una lectura crítica que busca desarrollar una resistencia proporcional a las amenazas que enfrenta la educación democrática hoy en día.

Palabras clave: BNCC; Plan de estudios; Neoliberalismo; Paulo Freire; Autonomía.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC	14
3 TEORIAS NEOLIBERALISTAS APLICADAS NA EDUCAÇÃO	17
4 PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E AS CONCEPÇÕES FREIRIANAS.....	21
CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, situada no contexto da redemocratização brasileira, apresenta a educação como direito social. No artigo 205 estabelece que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A educação é um direito e dever do Estado de ser promovida em colaboração da sociedade para o preparo ao exercício da cidadania, porém é uma educação que já visa uma qualificação para o mercado de trabalho. Também em seu artigo 206 e em seus incisos visa que a educação deve ser promovida com base em princípios como: “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e gestão democrática do ensino público (Brasil, 1988)”.

Com os desdobramentos da Constituição Federal de 1988 que já previa em seu artigo 210 a elaboração de uma base comum curricular: “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Brasil, 1988)”, em 1996 são estabelecidas as diretrizes e bases da Educação Nacional pela Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996. Dentre uma série de aspectos, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB em seu artigo 26 apresenta a ideia de uma base comum curricular:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação dada pela Lei 12.796, de 2013) (Brasil, 1996).

Entre os anos de 1997 a 2000 são elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs para os ensinos fundamental e médio, que foram referenciais desenvolvidos para auxiliar, de forma não obrigatória, as equipes escolares na execução dos seus trabalhos e desenvolvimento do currículo. Os PCNs foram a

primeira tentativa de estruturar uma base curricular no Brasil e serviu como precursor da Base Nacional Comum Curricular.

Em 25 de junho de 2014 foi estabelecida a Lei nº 13.005 regulamentando o Plano Nacional de Educação – PNE. Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do Brasil, cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação, ampliando acesso e reduzindo desigualdades. Dentre as 10 diretrizes estabelecidas foram orientadas 20 metas, e dentre essas metas destaca-se a meta 07 que estabelece a fomentação de uma qualidade em educação básica em todas as modalidades de ensino com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo atingir as médias nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Destacando nessa meta a estratégia 7.1 que estabelece a implementação de diretrizes pedagógicas para a educação básica e uma base nacional comum dos currículos, ou seja, estabelecida a BNCC.

A BNCC ao longo de quatro anos passou por várias versões, discussões e por um Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar, até chegar a suas últimas versões em 2017 para o ensino infantil e fundamental e em 2018 para o ensino médio e se tornar referência obrigatória para todos os sistemas de ensino a partir de 2022.

Com todo esse desdobramento que perpassa pelo processo de redemocratização do país até chegar à versão institucionalizada da BNCC em 2022, questiona-se em que igualdade e liberdade de aprendizado e ensino, quando o Estado institui um currículo comum para uma sociedade tão diversa culturalmente e carente de tantas infraestruturas? Como um currículo comum vai respeitar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas se ele veio para colocar a educação em uma forma fixa e reta? Sendo que a Educação tem por objetivo em si só.

Para a construção deste trabalho de conclusão de curso foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. O processo de análise desenvolveu-se a partir de três etapas articuladas: o levantamento e seleção de produções acadêmicas e documentos oficiais sobre a BNCC; a categorização dos dados com base em conceitos freirianos de autonomia e libertação; e a leitura crítica da BNCC à luz dos fundamentos teóricos de Paulo Freire e dos autores que discutem a teoria neoliberal, como Laval e Dardot. Essa triangulação teórica permitiu interpretar a BNCC não apenas como documento técnico, mas como expressão de uma

racionalidade política e econômica que influencia o sentido da educação contemporânea.

Além destas referências e das diferentes versões da BNCC até a sua versão final, foram pesquisados artigos, dissertações e teses através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e também do seu Catálogo de Teses e Dissertações. No Portal de Periódicos foram usados como descritores “BNCC” AND “Neoliberalismo” AND “Paulo Freire” foram encontrados 04 artigos revisados por pares com produções entre os anos de 2021 e 2024. Também foram usados os descritores “BNCC” AND “Neoliberalismo” e foram encontrados 42 artigos revisados por pares com produções entre os anos de 2018 e 2024. Novamente foi pesquisado com novos descritores “BNCC” AND “Paulo Freire” e foram encontrados 57 artigos revisados por pares com produções entre os anos de 2017 a 2024. Dentre todos esses artigos encontrados foram selecionados 12 artigos para serem analisados.

E no Catálogo de Teses e Dissertações foram usados os descritores “BNCC” AND “Neoliberalismo” foram encontrados 25 teses e dissertações com produções entre os anos 2019 e 2023; com os descritores “Neoliberalismo” AND “BNCC” AND “Paulo Freire” não foram encontrados nenhuma tese ou dissertação com esses descritores; e com os descritores “BNCC” AND “Paulo Freire” foram encontrados 04 dissertações com produções entre os anos 2020 e 2023. Dentre as teses e dissertações encontradas foram selecionadas 03 dissertações para serem analisadas.

Nota-se com essa pesquisa que a produção de trabalhos acerca do tema BNCC é recente e que ainda gera inquietações sobre a sua aplicação.

Ao analisar os referenciais teóricos destes estudos, foram identificadas duas obras bibliografias organizadas por diversos autores que abordam, respectivamente, o neoliberalismo na educação e a BNCC: ‘Educação contra a barbárie’ e ‘*Educação é a Base? – 23 educadores discutem a BNCC*’.

Este trabalho de conclusão de curso tem como por objetivo geral analisar criticamente o documento normativo Base Nacional Comum Curricular à luz dos conceitos idealizados por Paulo Freire, visando entender para quem serviria este instrumento da educação neoliberalista que cerceia o sujeito em busca de autonomia através de uma educação democrática. E tem como objetivos específicos o levantamento de documentos e bibliografias acerca da BNCC e conceitos

freirianos; traçar e caracterizar como a BNCC pode ser um instrumento que cerceia o sujeito em sua busca por autonomia através da educação; e, analisar criticamente a BNCC com base nos conceitos freirianos em busca de entender para quem serviria este instrumento.

A BNCC é um instrumento que foi institucionalizado com o alinhamento às tendências neoliberais na educação e que gera muito debate no meio acadêmico. A leitura e a reflexão críticas acerca desse instrumento se faz necessária devido ao diálogo que ele faz com os princípios neoliberais ao adotar a lógica das competências e habilidades e a padronização. Ao ser justificada como uma política que visa reduzir as desigualdades educacionais, ela incoerentemente aprofunda essas desigualdades, ao sobrepor metas de desempenho e resultados mensuráveis, desconsiderando as desigualdades estruturais que limitam ao acesso à educação.

2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC

Como a Constituição Federal de 1988 já previa em seu artigo 210 uma base curricular comum e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996 em seu artigo 26 reforça essa obrigatoriedade. O Plano Nacional de Educação – PNE de 2014 em suas metas, destacando-se a meta número 07, em sua estratégia 7.1, que vai estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para educação básica e a base comum dos currículos que deverão ser um pacto interfederativo que deve respeitar a diversidade regional, estadual e local.

O processo de construção da BNCC começa antes da promulgação do PNE em 2014. Ainda sob o Governo Lula, em 2010, que incentivou a sociedade a participar nas discussões sobre a educação, foram realizadas conferências estaduais e municipais que culminaram na Conferência Nacional de Educação – CONAE entre os dias 28 de março a 01 de abril de 2010. Em parceria de sistemas de ensino, órgãos educacionais, congresso e a sociedade civil, essa conferência teve por objetivo de propor um Plano Nacional de Educação e de organizar um Sistema Nacional de Educação que elaboraram um documento com propostas que contribuíram para a formulação do PNE de 2014.

Em 2011, início do governo de Dilma Rousseff, um grupo técnico do Ministério da Educação - MEC coordenado pela Diretoria de Currículos e Educação Integral, comandado pela secretária Maria Beatriz Luce, produziram um documento inicial intitulado “Por uma política curricular para a educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito da aprendizagem e ao desenvolvimento”. Esse documento trazia a proposta de 14 direitos à aprendizagem para serem trabalhados na educação básica e é considerado como a versão zero da BNCC.

Em 2014, com a promulgação da Lei 13.005 referente ao Plano Nacional de Educação – PNE, começaram os debates acerca da construção de propostas e reflexões para educação brasileira, ocorridos na 2ª Conferência Nacional pela Educação – CONAE organizada pelo Fórum Nacional de Educação – FNE.

Em 16 de setembro de 2015 foi disponibilizada a primeira versão da BNCC após o I Seminário Interinstitucional onde foi institucionalizada uma comissão de especialistas para a elaboração da proposta da BNCC. Ainda no ano de 2015, houve

uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão da primeira versão da BNCC.

Em 03 de maio de 2016 foi disponibilizada a segunda versão da BNCC para discussão em 27 Seminários Estaduais oferecido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, em meio ao curso de um Golpe Jurídico-Midiático-Parlamentar.

Após o golpe em 31 de agosto de 2016, sob o governo de Michel Temer, começou a ser redigida a terceira e última versão da BNCC na qual foi revisada e alinhada com as avaliações externas e as competências globais, intensificando a adoção da terminologia de competências e habilidades gerando tensão nas visões pedagógicas críticas, que consideram essa versão da BNCC voltadas para os princípios neoliberais da educação, ou seja, subordinando a educação aos interesses econômicos e mercadológicos, destacando competências alinhadas a organismos internacionais como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Em 20 de dezembro de 2017 foi homologada a BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e o Conselho Nacional de Educação – CNE apresenta a Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da BNCC. Em 02 de abril de 2018 é entregue a versão final da BNCC para o Ensino Médio, na qual passou por debates e foi homologada em 14 de dezembro do mesmo ano.

Em 2022, através da Resolução/CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro desse mesmo ano, a BNCC passa a vigorar como referência obrigatória para todos os sistemas de ensino no Brasil.

Nota-se que nas duas primeiras versões houve uma grande participação de universidades, associações científicas, professores e de associações como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED. Já na última versão homologada e obrigatória houve uma centralização em um comitê que teve pouca participação pública e forte influência de interesses privados e empresariais.

O processo de construção da BNCC foi complexo e não linear, notando-se que houve diferenças entre as suas versões, influenciadas pelos contextos políticos

que refletiram as disputas ideológicas que ajudam a entender como se formulam e implementam políticas públicas na educação.

3 TEORIAS NEOLIBERAIS APLICADAS NA EDUCAÇÃO

Ao estudar as obras bibliográficas de Laval e Dardot entendemos como o modelo neoliberal influencia nas políticas educacionais. O uso de instrumentos normativos, como a BNCC, evidencia isso, transformando a educação em um mecanismo de produção de capital humano. Para entendermos mais, iremos aprofundar de como surgiu o modelo neoliberal e como ele influencia na educação que nos leva a criação de uma base comum curricular. E no próximo tópico iremos fazer uma leitura freiriana acerca da BNCC, produto da educação neoliberal.

A crise do capitalismo no século XX foi caracterizada por mudanças significativas na estrutura econômica global. Em meados dos anos 70, o modelo econômico keynesiano de Estado de bem-estar social (novo liberalismo), idealizado pelo economista John Maynard Keynes, em que o governo deve desempenhar um papel ativo na economia a fim de garantir o pleno emprego, a estabilidade econômica e o crescimento econômico que caracterizou a “Era de Ouro do Capitalismo” após a Grande Depressão de 1930 e durante o pós-guerra e que durou até os anos 70, quando começou a dar sinais de esgotamento com a estagnação econômica, inflação alta e desemprego crescente colocando esse modelo em descrédito. Esse fato foi fundamental para que o neoliberalismo surgisse, já que estava sendo concebido desde a primeira metade do século XX.

A teoria neoliberal surge entre as décadas de 1930 e 1940 com os intelectuais da sociedade de Mont Pèlerin, destacando entre eles: Milton Friedman, Ludwig Von Mises, Ludwig Von Hayek e Walter Lipman. A teoria neoliberal pode ser definida segundo Dardot e Laval (2016) como:

[...] o neoliberalismo combina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção do mercado centrada na concorrência, cuja fonte, como vimos, encontra-se no spencerismo (*darwinismo social – a sobrevivência do mais apto*, grifos nossos) da segunda metade do século XIX. Ele prolonga a virada que deslocou o eixo do liberalismo, fazendo da concorrência o princípio central da vida social e individual, mas em oposição à fobia spenceriana de Estado, reconhece que a ordem de mercado não é um dado da natureza, mas um produto artificial de uma história e de uma construção política (Dardot; Laval, 2016, p. 69 e 70).

Com a crise da década de 1970, a Escola de Chicago, nas figuras dos economistas George Stigler e Milton Friedman, emergiu como ponto central na

criação de uma linha de pensamento político econômico baseado nos ideais neoliberais em que se foca na desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado. Governos liderados por Margaret Thatcher (1979) no Reino Unido e de Ronald Reagan (1981) nos Estados Unidos adotaram essa linha de pensamento, instaurando assim o neoliberalismo como uma nova ordem mundial.

Para Dardot e Laval (2016):

[...] o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e as todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Portanto, o neoliberalismo não surge como uma reação às crises econômicas, mas como uma transformação ideológica que moldou as políticas públicas globais, incluindo a educação.

Em “A escola não é uma empresa” (2004), obra de Christian Laval, pormenoriza como o neoliberalismo impactou nas políticas educacionais pelo mundo. O neoliberalismo na educação se fortaleceu por meio de reformas caracterizada pela mercantilização do ensino e pela introdução de princípios de mercado na educação. Como Laval (2004, p.11) descreve esse modelo de escola: “A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico”.

Esse modelo de escola ganha força no Brasil a partir dos anos 90, período em que o país passa pelo processo de redemocratização que buscou recuperar o papel do Estado como promotor de direitos sociais como a educação. Porém com a influência de organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, UNESCO e entre outros, o Brasil passa a incorporar políticas neoliberais na educação. Essas políticas baseavam-se na descentralização, responsabilização das escolas por metas de desempenho e a redução do investimento público direto.

Com uma série de medidas, o Brasil estabelece através de leis a reforma educacional brasileira sob os moldes da escola neoliberal definida por Laval. Iniciando com a Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394 de 20/12/1996 que apresenta

a ideia de um currículo comum nacional que irá finalizar com a institucionalização da BNCC entre os anos de 2017 a 2022.

A LDB prevê mecanismos pedagógicos que indicam a implementação da lógica neoliberal de escola. Esses mecanismos chamados de “Pedagogia das Competências” e “Aprendizado ao longo da vida” são descritos na obra de Laval e estão presentes na BNCC.

O mecanismo de aprendizagem ao longo da vida tem como desdobramento pedagógico e metodológico o princípio do “aprender a aprender”, de acordo como Laval (2004) descreve esse mecanismo:

[...] o aprendizado durante a vida deve responder a vários objetivos: favorecer o desabrochar pessoal; enriquecer pessoal; enriquecer os lares (em particular durante a aposentadoria); reforçar os valores democráticos; encorajar a vida coletiva; manter a coesão social e favorecer a inovação, a produção e o crescimento econômico. [...] repousa na capacidade do trabalhador de continuar, durante toda sua existência, a aprender o que lhe será útil profissionalmente. [...] a escola deve fornecer as ferramentas suficientes para que o indivíduo tenha autonomia necessária para uma autoformação permanente, para uma ‘autoaprendizagem’ contínua. A escola deve, em função disso, abandonar tudo o que se pareça com uma ‘acumulação’ de saberes supérfluos, impostos, aborrecidos. [...] permitindo a adaptação permanente do assalariado às transformações econômicas e às necessidades do mercado (Laval, 2004, p. 47, 48 e 49).

Para entender o mecanismo da “Pedagogia das Competências”, Perrenoud (2000, p. 15) define o conceito de competência no âmbito da educação que é “[...] uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situações”. Então, Laval (2004) define que Pedagogia das Competências é:

[...] Na medida em que não se pode dispensar totalmente o sistema educativo, a tendência consiste em introduzir na escola a ‘competência lógica’ e combinar assim a marca do sistema educativo e a determinação mais rígida da formação da mão de obra pelas empresas que delas se utilizam. [...] necessário, então, que a escola passasse de uma ‘lógica de conhecimentos’ para uma ‘lógica de competências’. [...] Essa ‘lógica da competência’, dando mais prioridade às qualidades diretamente úteis da personalidade empregável do que a conhecimentos realmente apropriados, mas que não seriam necessariamente e imediatamente úteis economicamente, comporta um sério risco de desintelectualização e de desformalização do processo de aprendizagem (Laval, 2004, p. 58 e 63).

A pedagogia das competências definidas por Laval (2004), nos leva as reflexões na obra de Marise Nogueira Ramos em seu livro “A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?” (2001), que vai abordar a incorporação

produtivista nas práticas educacionais que ao invés de priorizar a formação integral do sujeito, ela acaba voltando-se para a adaptação dos indivíduos a um mercado de trabalho cada vez mais flexível e instável, submetendo a educação a uma racionalidade econômica e fazendo que a escola se distancie do seu papel social de promover a emancipação humana e passa a atuar como um instrumento de reprodução ideológica.

E a BNCC, produto das reformas educacionais neoliberais, adota a Pedagogia das Competências para estruturar em nível nacional as “aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo de seu trajeto na educação básica (Brasil, 2018, p. 07)” explicitando na introdução do normativo que o enfoque da BNCC é que ela:

[...] indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem ‘saber’ (considerando a construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’ (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018, p. 13).

A Pedagogia das Competências surge a partir de uma lógica empresarial centrada na gestão por resultados, influenciada pela administração pública gerencial e por organismos internacionais como a OCDE e o Banco Mundial. Essa abordagem permite avaliar, controlar e padronizar as ações de professores e estudantes, enfraquecendo o papel político e social da escola. Longe de representar um avanço educacional, ela configura um retrocesso democrático ao reduzir o conhecimento à sua mera utilidade prática e submeter a escola a uma racionalidade mercadológica, esvaziando seu caráter crítico e contribuindo para a consolidação de um modelo neoliberal de sociedade.

4 PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS E AS CONCEPÇÕES FREIRIANA

Como visto no tópico anterior, a Pedagogia das Competências é uma abordagem educacional que enfatiza o desenvolvimento de habilidades e capacidades práticas nos alunos, em vez de simplesmente transmitir conhecimentos teóricos.

A Pedagogia das Competências, em sua definição atual marcada com foco técnico, gerencial e adaptativo, se distancia dos princípios do pensamento Freiriano. Ao olhar a bibliografia de Paulo Freire, um dos maiores pensadores da educação histórico-crítica, certamente ele olharia com criticidade o documento normativo da BNCC.

Apesar de o documento estar recheado de termos como “igualdade”, “equidade” e “autonomia”, ao adotar uma centralização curricular e a pedagogia das competências evidencia o que certamente Paulo Freire não defendia para uma educação autônoma e libertadora.

Analisando a maior crítica de Paulo Freire à educação tradicional do qual ele chamava de “Educação Bancária”:

[...] Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos, vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja a tarefa indeclinável é ‘encher’ os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. [...] Eis aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (Freire, 2023a, p. 79, 80 e 81).

Entende-se que a BNCC ao utilizar a pedagogia das competências é uma “[...] educação (que) se torna um ato de depositar em que educandos são os depositários e o educador, o depositante (Freire, 2023a, p. 80)”.

O que nos leva ao que Paulo Freire defendia para uma educação em que a escola seja dialógica, problematizadora e libertadora. Freire propõe que a prática pedagógica deve ser baseada no diálogo entre educador e educando, a troca de ensino e aprendizagem entre ambos: “[...] ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos [...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender

(Freire, 2023b, p. 25)”. E Paulo Freire (2023a) ao definir educação problematizadora e libertadora:

[...] Neste sentido, a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação ‘bancária’, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. [...] O antagonismo entre as duas concepções, uma, a ‘bancária’, que serve à dominação; a outra, a problematizadora, que serve de libertação. (Freire, 2023a, p. 94 e 95).

A BNCC ao padronizar o currículo orientando-se por competências e habilidades conversa com a concepção bancária criticada por Paulo Freire, mas apesar de usar termos como “pensamento crítico”, “autonomia” e “formação integral” que são termos da retórica Freiriana entram em conflito com a sua abordagem conteudista, geral e abstrata.

Para a BNCC as competências são “definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 08)”. Como ela está apresentada genericamente, isso dificulta a contextualização no cotidiano dos estudantes evidenciando “a concepção e a prática ‘bancárias’, imobilistas, ‘fixistas’, (que) terminam por desconhecer os homens como seres históricos (Freire, 2023a, p. 101)”.

Paulo Freire ao falar de formação integral e avaliação em suas obras evidencia ainda mais que a BNCC tende a uma ênfase para resultados mensuráveis, como nas avaliações padronizadas, que compromete o propósito educativo e se aproxima mais da lógica “bancária”:

A desconsideração total pela formação integral do ser humano, a sua redução a puro treino fortalece a maneira autoritária de falar de cima para baixo, a que falta, por isso mesmo, a intenção de sua democratização no falar com. [...] Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm se assumindo cada vez mais como discursos verticais, de cima para baixo, mais insistindo em passar por democráticos. (Freire, 2023b, p. 113).

A BNCC ao priorizar metas de desempenho e resultados mensuráveis, desconsidera as desigualdades estruturais que limitam o acesso ao conhecimento e o direito à educação plena. Ela desempenha seu papel como instrumento que tenta conciliar interesses antagônicos:

Em uma sociedade de mais em mais marcada pela instabilidade das posições, sejam elas profissionais, sociais ou familiares, o sistema educativo deveria preparar para situações de 'incerteza' crescente. A nova pedagogia, 'não diretiva' e 'estruturada com leveza', a utilização de novas tecnologias, um mais extenso 'menu' de opções oferecido aos alunos e aos estudantes, o hábito adquirido de um 'controle contínuo', são pensados como introdução na 'gestão das situações de incerteza' nas quais o jovem trabalhador será mergulhado ao sair de seus estudos (Laval, 2004, p. 17).

A BNCC produto da educação neoliberalista implementadas a partir das reformas educacionais da década de 90, ao utilizar da pedagogia das competências e da padronização curricular descreve a educação bancária criticada por Paulo Freire, se afasta dos ideais de uma educação autônoma e libertadora defendida por ele. Apesar de ser definida como uma política de redução de desigualdades educacionais, ela aprofunda ainda mais essas desigualdades ignorando os homens como seres históricos ao expor uma perspectiva tecnocrática, voltado ao mercado de trabalho, fazendo uma desvalorização da dimensão política e transformadora da educação. A educação:

[...] é política. [...] Para que a educação fosse neutra era preciso que não houvesse discordância nenhuma entre as pessoas com relação aos modos de vida individual e social, com relação ao estilo político a ser posto em prática, aos valores a ser encarnados. [...] 'Lavar as mãos' em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele (Freire, 2023b, p. 108 e 109).

CONCLUSÃO

A Base Nacional Comum Curricular, ao se apresentar como instrumento norteador da educação brasileira, revela-se também como um forte mecanismo de controle, padronização e engessamento das práticas pedagógicas. Na perspectiva neoliberal, a BNCC reduz o processo educativo a uma lógica produtivista e tecnicista, transformando o currículo em um produto voltado à organização da sociedade e ao mercado de trabalho, como se a função da educação fosse apenas formar mão de obra. Nesse sentido, ela impõe uma educação “reta”, direta, que ignora as singularidades e as multiplicidades dos sujeitos históricos e culturais.

A BNCC se ancora na Pedagogia das Competências que prioriza habilidades instrumentais e operacionais em detrimento da formação crítica, política e emancipadora. Ao reduzir o papel da escola à preparação de indivíduos para o mercado de trabalho, essa pedagogia contribui para a manutenção das desigualdades sociais, pois desconsidera o contexto histórico, cultural e existencial dos estudantes. Ela é uma abordagem que transforma a educação em uma preparação técnica para o desempenho eficiente no trabalho, desvinculada da formação humana integral.

Conforme discutido ao longo deste trabalho, a BNCC promove uma falsa ideia de autonomia docente, uma vez que afirma conceder liberdade ao professor, mas apenas dentro dos limites estabelecidos por ela própria. O planejamento torna-se um código empresarial, que transforma o educador em executor de tarefas, enfraquecendo sua identidade profissional e sua capacidade crítica. Essa lógica da “receita pronta” leva a uma educação mecânica, distante das necessidades reais dos estudantes e da comunidade.

Na contramão dessa lógica, Paulo Freire propôs uma educação dialógica, crítica e transformadora, que parte da realidade concreta dos educandos, reconhece seus saberes e promove sua autonomia. A pedagogia Freiriana exige um compromisso ético e político com os oprimidos, promovendo uma consciência crítica que desnaturalize as estruturas de opressão. No entanto, a BNCC nega essa possibilidade ao oferecer um currículo padronizado, que enfraquece o papel político do professor e silencia a pluralidade das culturas escolares.

Inspirando-se em Deleuze e Guattari, Sílvio Gallo propõe o currículo rizomático como alternativa ao currículo disciplinar e hierárquico, representado pela imagem da árvore. Diferente da imagem da árvore – que representa uma estrutura única, hierárquica e centralizada -, o rizoma é aberto, plural, transversal e permite uma pedagogia do caos, onde o saber se constrói no encontro com o diferente e não na repetição de padrões.

Assim, pensar a BNCC à luz de uma perspectiva freiriana é denunciar seu caráter normativo e sua vinculação com o projeto neoliberal, que transforma a educação em um processo de formação de consumidores e trabalhadores dóceis. Mas é também anunciar outras possibilidades: uma educação que valorize a cultura local, a escuta, a experiência, a diversidade, e que respeite os diferentes tempos e modos de aprender. É preciso afirmar que o currículo não pode ser um fim em si mesmo, mas um meio para humanizar, libertar e transformar.

Portanto, é urgente questionar o currículo prescritivo da BNCC. Defender uma educação inspirada em Paulo Freire é lutar por uma escola que não apenas ensine a ler e escrever, mas também ensine a interpretar o mundo e a transformá-lo. A educação não pode ser moldada por uma base única e imutável; ela precisa ser viva, plural e profundamente humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Michelle Fernandes; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. A trajetória da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): análise dos textos oficiais. **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa, PR, v. 25, p.1-21, e-20537.063, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20537/20920921717>. Acesso em: 04 nov. 2024.

AMARANTE, Lucilene; MACEDO, Andressa Garcia de; MOREIRA, Jani Alve da Silva. Política curricular e neoliberalismo: uma crítica à Base Nacional Comum Curricular a partir do legado Freiriano. **Revista Inter-ação**, Goiana, GO, v.46, n. Ed. Especial, p. 1.224-1.241, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ia.v46ied.especial.68414>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BATISTA, Rafael Lopes; BLANCO, Diego Dalla P.; CHAMA, João Pedro G.; RIBEIRAL, Tatiana Braz. A ideologia neoliberal na educação brasileira: considerações a partir de Christian Laval. **Revista Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, MS, v. 9, n. 2, p. 453-469, set/dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15357/11751>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/CNE nº 04, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/resolucao_cneceb_no_4_de_13_de_julho_de_2010.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2022. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEZEZEMBRODE2017.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2019.

CÁSSIO, Fernando; CATELLI, Roberto (org.). **Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC**. 1. ed. São Paulo, SP: Ação Educativa, 2019.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Em Aberto**, Brasília, DF, v. 33, n. 107, p. 95-112, jan/abr. 2020. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4557/3777>. Acesso em: 04 nov. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

FORTES, Olívia Bueno Silva. Neoliberalismo e neoconservadorismo na educação brasileira contemporânea: uma leitura freiriana da base nacional comum curricular e do movimento escola sem partido. **EccoS- Revista Científica**, São Paulo, SP, n. 60, p. 1-17, e15701, jan/mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.15701>. Acesso em: 05 out.2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 2000a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, SP: Editora UNESP. 2000b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 87. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 2023a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 77. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 2023b.

GALLO, Sílvio. **Currículo (entre) imagens e saberes**. 2007. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/04/GalloEntreImagenseSaberes.pdf>. Acesso em: 04. nov. 2024.

GIOVEDI, Valter Martins; SILVA, Itamar Mendes da. Paulo Freire versus BNCC: perspectivas antagônicas de currículo. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 18, n. 55, p. 293-316, 2021. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/9813/47968025>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HIPLER, Elis Laura Rieger; FRAGA, Lídice Tiede; SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da. As perspectivas de competências na BNCC: uma análise à luz da Pedagogia Freiriana. **EccoS- Revista Científica**, São Paulo, SP, n. 61, p. 1-11, e157981, abr/jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/15798>. Acesso em: 04 nov.2024.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina, PR: Editora Planta, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2000.

MELO, Mariana de Oliveira; SANTI, Rodrigo Giuli Orlando. Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira: uma análise sobre a BNCC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, PR, v. 7, n. 6, p. 64.422-64.430, jun. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/32106>. Acesso em: 04 nov. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo, SP: Cortez, 2001

VELOSO, Sara Regina da Costa. **“Educação é a Base”**: uma leitura discursiva da **Base Nacional Comum Curricular**. Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ, São João Del Rei, MG, 2021. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/Sara.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2024.